

A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES DOS ARQUIVOS NO BRASIL DA DÉCADA DE 1970

COLLECTIVE ORGANIZATION OF WORKERS OF ARCHIVES IN BRAZIL IN THE 1970's

ELIEZER PIRES DA SILVA | Graduado em Arquivologia e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da UNIRIO e arquivista do Arquivo Nacional.

EVELYN GOYANNES DILL ORRICO | Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professora associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, atualmente como coordenadora do curso de mestrado.

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de problematizar o processo de institucionalização da arquivologia e do arquivista no Brasil, com base no discurso do movimento associativo em prol dos arquivos, materializado na revista da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Os recursos teórico-metodológicos vêm da memória social, da análise do discurso de vertente francesa e da arquivologia. A pesquisa contribui para a compreensão do campo arquivístico como espaço institucionalizado de profissão e de disciplina.

Palavras-chave: memória social; discurso; arquivologia; movimento associativo.

ABSTRACT

This research aims to analyze the process of institutionalization of archival science and the profession of archivist in Brazil, based on the discourse of the associative movement in favor of archives, materialized in the journal of the Associação dos Arquivistas Brasileiros. The theoretical and methodological resources are drawn from social memory, French discourse analysis and archival science. The research contributes to the understanding of archival science as an institutionalized profession and discipline.

Keywords: social memory; discourse; archival science; associative movement.

RESUMEN

Esta artículo tiene como objetivo analizar el proceso de institucionalización de la archivística y la profesión de archivero en Brasil, basado en el discurso del movimiento asociativo en favor de los archivos, que se materializa en la revista de la Associação dos Arquivistas Brasileiros. Los recursos teóricos y metodológicos se han extraído de la memoria social, del análisis del discurso francés y de la archivística. La investigación contribuye a la comprensión de la archivística como un espacio institucionalizado de profesión y de la disciplina.

Palabras clave: memoria social; discurso; la archivística; movimiento asociativo.

INTRODUÇÃO

Os estudos de Maria Odila Fonseca (2004) apontaram a importância do movimento associativo, na década de 1970, para a configuração do campo arquivístico no Brasil. De acordo com a autora, o associativismo foi fundamental para estabelecer alguns parâmetros que, atualmente, definem as questões relativas a esta matéria no país, exercendo uma indiscutível liderança na institucionalização da área.

Essa pesquisadora chamou a atenção para a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, seguida da constituição de seu instrumento periódico de divulgação – a revista *Arquivo & Administração* – e da organização do seu fórum bianual – o Congresso Brasileiro de Arquivologia –, como elementos que revelam as características de um plano coordenado de ações em prol dos arquivos no Brasil.

Ao problematizar a trajetória do campo arquivístico no Brasil como profissão legalizada e área de conhecimento, busca-se entender suas condições atuais, e por isso investigamos os sentidos que podemos atribuir à relação entre o movimento associativo – a Associação dos Arquivistas Brasileiros – e a institucionalização da área, expressa por sua inserção acadêmico-universitária, em 1977, e sua regulamentação profissional, em 1978.

Alguns elementos serviram como fios condutores na investigação dessa relação e no desenho que configura esta memória:

- Se a arquivologia e o arquivista, na sua institucionalização no Brasil, têm uma relação fundamental com o movimento associativo, qual foi o papel da Associação dos Arquivistas Brasileiros na criação do curso universitário e na regulamentação da profissão?
- Que fatores contribuíram para o êxito do associativismo arquivístico durante um período tão repressivo da história nacional brasileira? Como uma rede de pessoas interessadas nos arquivos, em condições históricas de restrição política, teria deixado de ser apenas um simples grupo entusiasta em defesa da especialização do trabalho arquivístico e se tornado um movimento associativo realizador em suas demandas frente ao Estado?

Neste artigo são apresentados os elementos teórico-conceituais da pesquisa, a organização coletiva dos trabalhadores dos arquivos, indicando o panorama relativo ao fenômeno associativo no Brasil, em especial o caso dos arquivistas. Apresentam-se articulações teóricas sobre como compreender a ação coletiva, considerando as condições históricas de restrição e possibilidade para a organização de grupos e pessoas no Brasil da década de 1970.

A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A perspectiva teórica assumida neste trabalho pressupõe a centralidade da memória nas sociedades ocidentais contemporâneas (cf. Hartog, 2006; Huyssen, 2000; Sarlo, 2007; Heymann, 2009) e considera tais estudos como um esforço de organizar uma interven-

ção sobre o modo de constituição simbólica, relacional e discursiva de realidades por meio do Estado, de movimentos sociais e de saberes, institucionais ou não (Dodebei, 2005; Moraes, 2005).

Nesta pesquisa, a partir de Ricouer (2007), Abreu (2005), Gondar (2005) e Dodebei (2005), assumiu-se a pertinência do conceito de memória que não tem a ilusão de ‘recuperar o que de fato ocorreu’, mas que é uma instância política para negociar sentidos em condições presentes, cabendo eventuais deferências e reparações.

O posicionamento assumido na esfera deste trabalho é a noção de uma imagem para caracterizar o que lembramos – não é imaginação – e que a reflexão sobre esse fenômeno deve abordar o entrecruzamento do olhar sobre o individual e o olhar sobre o exterior, possível na zona da linguagem em que a forma ativa da ‘busca por lembrar’ ingressa numa esfera pública de uso da linguagem, os discursos, com possibilidades de atribuição da memória a si, ao próximo e aos outros (diferentes).

Com essa perspectiva conceitual abordamos a organização associativa em prol da institucionalização do campo arquivístico, no início da década de 1970 no Brasil, que culmina com a criação da graduação em arquivologia e a regulamentação da profissão de arquivista, em 1978. Nesse processo histórico, a Associação dos Arquivistas Brasileiros concebeu propostas de base sobre a institucionalização acadêmico-universitária do saber arquivístico e da reserva de mercado do arquivista nos termos ainda vigentes. Sem perder de vista as suas raízes corporativas, esse movimento reivindicou melhores condições para os arquivos brasileiros e sua percepção de validação científica do saber arquivístico dependia do acolhimento da formação do arquivista pelas universidades.

A AÇÃO COLETIVA DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS NOS ANOS DE 1970

Os anos de 1970, dentro do regime político autoritário no Brasil, foram um período de evidente perseguição oficial aos ativistas políticos no país. Apesar das condições diferenciadas nas quais as categorias profissionais experimentaram o “arrocho salarial”, esse foi o terreno no qual trabalhadores foram mobilizados em torno de campanhas salariais, na luta pelo retorno da democracia e na recusa da tutela do Estado na negociação com o empregador. Este momento político seria um cenário de atuação sindical com diretrizes radicais defendidas pelas diferentes categorias (Santana, 2003).

Para Santana (1999, p. 104), depois do golpe militar de 1964, o movimento dos trabalhadores experimentou uma supressão de espaço de ação, e ficou restrito ao interior das fábricas. Esse quadro se reverteria dez anos mais tarde, na medida em que “a reemergência do movimento dos trabalhadores estremeceu os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo articulados sem levá-lo em consideração”.

De maneira ampla e panorâmica, alterou-se o quadro de coletividades excluídas da esfera política, ao mesmo tempo em que emergiu o movimento dos trabalhadores, bem como a criação de associações de profissionais de classe média exercendo o papel de ator político nos anos de 1970. Houve uma reconfiguração nos padrões de controle do Estado sobre a

atividade sindical combinada com a procura de alternativas para a organização coletiva por meio das associações. Ou seja, alguns coletivos profissionais buscaram a organização da categoria fora do sistema sindical, e esse foi o caminho tomado pelos profissionais de arquivo ao criarem, em 1971, a Associação dos Arquivistas Brasileiros.

No contexto autoritário, e em transição, como se pode caracterizar o Brasil daquela década, cabe afirmar, genericamente, que houve liberdade de associação e os movimentos atuaram contra a centralização do processo de decisão; as mobilizações se tornaram meios de expressão coletiva para concretizar metas políticas na relação com o Estado.

De maneira geral, a organização coletiva naquele período no Brasil resulta da relação com o Estado, buscando abrir espaços para expressar interesses então excluídos da arena política. Nesse sentido, a associação significa um estágio no processo de mobilização e pode-se dizer que o associativismo dos profissionais de arquivo é uma espécie de representação do grupo para a formulação da demanda por organizar a formação profissional e regulamentar a profissão em torno dos arquivos no país, frente ao Estado e à sociedade.

A mediação construída entre o Estado e as pessoas organizadas coletivamente configura uma sociedade civil que carrega o peso da possibilidade e da impossibilidade de alcançar suas demandas. Para Gonzalez de Gomez (1992), no caso dos movimentos associativos de profissionais, há uma demanda por obter reconhecimento da atividade bem como de divulgar suas funções especializadas. Para essa autora, nas últimas décadas do século XX haveria o alargamento dos espaços coletivos em que os movimentos associativos reformulariam as organizações de categorias profissionais. “Iniciada como processo de construção de identidade, a formulação de um ‘nós’ associativo dá origem a um movimento de reunião, no qual se tende a reordenar todo o campo prático-discursivo, a partir da nova posição de um sujeito coletivo” (Gonzalez de Gomez, 1992, p. 370).

As lutas empreendidas nesses espaços de mobilização por uma profissão são um “investimento simbólico destinado a obter a jurisdição e os privilégios da competência instituída num setor específico de atividades relevantes” (Gonzalez de Gomez, 1992, p. 519). O movimento associativo de profissionais de arquivo conseguiu instituir espaços de discurso público exprimindo as perspectivas da categoria. O associativismo profissional confere a um grupo social os recursos para intervir no plano das definições de uma atividade junto à sociedade e ao Estado. Na opinião de Jardim (1995):

Em 1971, diversos profissionais em atuação, sobretudo em agências do Estado, mobilizaram-se, no Rio de Janeiro, pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Uma das marcas iniciais da AAB, ou seja, nas suas relações viscerais com o Estado evidenciase, por exemplo, o fato de, até o final dos anos 70, a AAB ter sua sede no Arquivo Nacional (Jardim, 1995, p. 77).

O associativismo entre os profissionais de arquivo se estabeleceu como agente articulador do agrupamento de pessoas que atuavam nessa atividade, com ações destinadas ao reconhecimento profissional do arquivista e ao desenvolvimento do conhecimento técnico

e científico da arquivologia. São profissionais que tiveram a sua formação na prática formando uma comunidade que desenvolvia atividades arquivísticas.

A ATUAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA ÁREA DOS ARQUIVOS NA DÉCADA DE 1970

Para além da repressão e da censura, os governos militares buscaram o apoio da sociedade. Na área da política cultural houve, por exemplo, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, com o objetivo de mapear a diversidade cultural do Brasil. Um de seus programas foi o levantamento da documentação sobre o país, vertente que privilegiou a indexação e a microfilmagem de documentos para serem utilizados na demarcação de terras indígenas, em depósito no Museu do Índio (Oliveira, 2008). O CNRC congregou setores do governo sob a direção de Aloísio Magalhães, ligado originalmente ao Ministério da Indústria e do Comércio.

De acordo com Ortiz (1985), é da ideia de patrimônio que resulta a aproximação entre as políticas culturais e os arquivos durante os anos de 1970 no país. A cultura é patrimônio, devendo ser preservada. A compreensão diz respeito à objetividade dessa cultura que se traduz pelo acervo documental legado, presente nos arquivos e nos museus. O objetivo é “conservar o acervo constituído e manter viva a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira” (Ortiz, 1985, p. 97).

Na interpretação de Moreira (1990), a partir do final da década de 1960, acentuou-se a distância entre os novos interesses da pesquisa histórica brasileira, mais direcionada para o período republicano, e as condições oferecidas pelas principais instituições arquivísticas com acervos que correspondiam ao Brasil Colônia e Império. Esse quadro promoveria, no início dos de 1970, o surgimento dos primeiros centros de documentação voltados para a pesquisa histórica: o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Unicamp (1971), o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (1973).

O fato é que, seja pela característica específica dos acervos, seja pelas dificuldades vivenciadas pelas instituições arquivísticas, as novas tendências da pesquisa histórica brasileira ressentiam-se da inexistência de uma política efetiva de proteção ao patrimônio documental da nação, incluindo-se a preservação dos arquivos privados. Neste sentido, os centros de documentação que surgem ao longo dos anos 70 têm por objetivo principal a preservação dos documentos contemporâneos, especialmente os privados (Moreira, 1990, p. 69).

Alguns centros de documentação que surgem nesta mesma época são voltados para a pesquisa histórica, apesar de compartilharem o objetivo comum de promover a recuperação da informação. Esses novos centros de documentação se diferenciaram dos já tradicionais

implantados nas demais áreas científicas porque eram dedicados à organização, preservação e divulgação de acervos históricos. Moreira (1990) classifica tais centros de documentação em dois grupos:

Esses novos centros de documentação podem ser caracterizados em dois grandes grupos, em função do tipo de acervo constituído. O primeiro deles é integrado por centros usualmente vinculados às universidades, cujo acervo é formado a partir do desenvolvimento das diversas linhas de pesquisa, caracterizando-se, portanto, como um conjunto não orgânico de documentos: trata-se, em geral, de cópias (reprográficas e micrográficas) de documentos de arquivos, bibliotecas e museus, cuja acumulação não obedece a uma linha de acervo pré-estabelecida, mas sim aos interesses de pesquisa. O outro grupo é formado por aqueles centros que definiram previamente sua linha de acervo em função seja de um período histórico, seja das características do(s) produtor(es) de documentos (pessoa ou instituição). Nestes casos, a formação do acervo é voltada para atender às necessidades de uma comunidade mais ampla de usuários (Moreira, 1990, p. 73).

Jardim (1995) destaca que havia um plano de fundo em que se buscava um Sistema Nacional de Arquivos no Brasil, no qual o Estado é o seu cenário, e o Arquivo Nacional, o seu principal personagem. A categoria profissional dos arquivistas ainda seria um emergente ator situado na periferia em um primeiro momento, todavia, para esse autor, o projeto do Sistema Nacional de Arquivos era relevante para o movimento associativo dos arquivistas porque significava a “possibilidade de garantir ao profissional em emergência um mercado promissor: o Estado” (Jardim, 1995, p. 78).

Percebe-se, portanto, um panorama no qual o Estado brasileiro, tão negligente em relação à produção e uso dos seus estoques informacionais, e ao patrimônio documental, acolhe no seu interior, em pleno autoritarismo, as demandas de espaço cognitivo e institucionais de uma área socialmente pouco reconhecida. No caso do Sistema Nacional de Arquivos, de 1978, o Estado o acolhe imprimindo-lhe uma feição legal-institucional, para posteriormente ignorá-lo (Jardim, 1995, p. 78).

Esse autor explora o percurso de diferentes propostas de Sistema Nacional de Arquivos e observa que o arquivista esteve ausente até a elaboração do projeto em 1977, pela Secretaria de Planejamento do Ministério da Justiça, momento em que:

Esta inserção relaciona-se diretamente com a Associação dos Arquivistas Brasileiros que marca seu desempenho, nos anos 70, a partir de três projetos fundamentais: a criação dos cursos universitários de arquivologia (1974), a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivos (1978), e a implantação do Sistema Nacional de Arquivos (Jardim, 1995, p. 86).

Outro aspecto importante e mais diretamente relacionado com o ambiente de repressão política daquele período diz respeito ao processo de formação do aparelho policial-burocrático com a tarefa de espionar e efetivar operações secretas. Esses serviços foram fonte profissional de informações para os generais-presidentes, na prática implicando competências arquivísticas que não eram assim reconhecidas tanto pelos funcionários espalhados pelo território nacional, instalados em diversos órgãos da administração pública, quanto pelo movimento corporativo emergente naquele momento. As práticas de produção e utilização dos documentos constituíram-se em serviços de arquivo na medida em que os registros eram armazenados e orientavam seus agentes para indicar demissões, não admissão de concursados, prender, torturar, interrogar, punir (Fico, 2001).

Em *Como eles agiam*, o historiador Carlos Fico (2001) publicou os resultados de sua pesquisa nos documentos da extinta Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, recolhidos ao Arquivo Nacional. No livro em questão, encontra-se uma análise que explora documentos oficiais de um dos órgãos de governo para a repressão política. A obra tem por objetivo descrever um panorama do funcionamento e atuação da espionagem e da polícia política no país durante a ditadura militar e apresenta a dinâmica de uma comunidade de especialistas na produção e armazenamento de registros de controle social e político. A história do sistema de segurança e informações revela que houve uma comunidade de profissionais, desenvolvendo os serviços arquivísticos, que fazia funcionar o chamado aparelho policial-burocrático de repressão política no Brasil na década de 1970. No entanto, até onde podemos observar, sem ligação com o corporativismo dos arquivistas, emergente naquele contexto.

Jardim (1995) apresenta um posicionamento crítico em relação ao modelo de institucionalização do campo arquivístico no Brasil, que estabeleceu o status universitário para formação dessa mão de obra e a reserva de mercado aos egressos do referido curso superior, tendo ainda no movimento associativo dos profissionais de arquivo o seu principal articulador.

Na segunda metade dos anos 70, são criados três cursos de graduação em arquivologia em universidades federais em que pese então o frágil desenvolvimento cognitivo da área no Brasil. Encontram-se, provavelmente, na precipitação deste processo, as raízes dos problemas atuais de ensino e pesquisa em arquivologia nas universidades brasileiras. [...] Neste quadro, a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivo não foi menos precipitada, gerando mecanismos de exclusão e inclusão no exercício da profissão. Este processo se deu em relação às demandas quantitativas do mercado e às dificuldades de atender às necessidades de um país da extensão do Brasil, formando-se apenas algumas dezenas de profissionais no Rio de Janeiro e no interior do Rio Grande do Sul (Jardim, 1995, p. 77-78).

Hoje podemos identificar trabalhos que exploram de algum modo o percurso de constituição do campo arquivístico no Brasil. Crespo (2000), Fonseca (2004), Maia (2006), Marques (2007; 2011), Santos (2008), Silva (2010), Souza (2011) e Gomes (2011) apresentam estudos

provenientes de pesquisas em programas de pós-graduação e fornecem explicações sobre a trajetória acadêmico-institucional e profissional da área de arquivo no país. Os trabalhos analisados são distintos em seus objetivos específicos, mas elaboram interpretações sobre a evolução desta área. Os posicionamentos vão desde uma origem identificada na criação do Arquivo Nacional, em 1838; nas duas iniciativas da instituição, de 1911 e 1960, dos cursos de diplomática e depois de arquivo; no papel do Dasp e da FGV na modernização do Estado; no movimento associativo da década de 1970; no projeto de mudança do Arquivo Nacional nos anos de 1980; e, na configuração da área a partir de 1991, com os cursos universitários e as leis que regulam a profissão e os arquivos.

Compartilhamos do posicionamento que reconhece realizações do movimento associativo, na década de 1970, sobre o modelo nacional de institucionalização da arquivologia (curso universitário) e do arquivista (profissão de quem cursou essa graduação). Consideramos os avanços desses estudos, contudo, dentro da perspectiva discursiva, somos originais ao investigarmos sobre como a transformação desta área de trabalho (expressa por sua inserção acadêmico-universitária e sua regulamentação profissional) está vinculada ao associativismo instituído pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos de 1970 no Brasil, formar-se-ia uma rede de pessoas interessadas em um modelo de institucionalização do campo arquivístico, configurando uma ação coletiva em condições históricas de repressão política, e que tem as suas demandas atendidas frente ao Estado. Inspirados em Douglas (1998), Ramalho (2000), Gohn (2010) e Santana (2003), observamos que a trajetória desse associativismo arquivístico combina a concretização de seu modelo de ordenação, com a configuração dos padrões de controle do Estado sobre tal atividade profissional. Assim, problematizamos a dinâmica da organização associativa dos arquivistas como propiciadora de êxito, diante da sua atuação frente ao governo brasileiro nesse período.

Nesse contexto histórico, deve ser destacado que havia um debate, desde o final dos anos de 1950, sobre a organização nacional dos arquivos no Brasil, aspecto que foi aprofundado por Jardim (1995). Conforme assinalado por esse autor, o arquivista esteve excluído desse projeto de Sistema Nacional de Arquivos até 1977, momento em que é acolhido em decorrência do desempenho da Associação dos Arquivistas Brasileiros em defesa da profissão.

O percurso do associativismo arquivístico no Brasil, até a institucionalização do campo arquivístico segundo o modelo que propunha, seguiu rapidamente. Os estudos que apontam marcos anteriores à década de 1970 (Crespo, 2000; Maia, 2006; Marques, 2007; Santos, 2008; Silva, 2010) apenas identificaram discursos em defesa da relevância da adequada organização e preservação de acervos. Não conseguiram, contudo, evidenciar a existência do projeto corporativo de status universitário de formação associado à reserva de mercado do arquivista, antes da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, quando ele é enunciado e, em 1978, passa a ser plenamente institucionalizado. Esse aspecto confirma a nossa tese

de que a regulamentação da profissão no Brasil é uma realização do associativismo arquivístico instituído em 1971, com a finalidade assumida de estabelecer um modelo nacional para a arquivologia (curso universitário) e para o arquivista (profissão de quem cursou essa graduação).

A convergência de esforços individuais configura uma rede que efetiva essa ação coletiva junto ao Estado, visando conjugar o espaço universitário da arquivologia com a reserva de mercado do profissional da área. O objetivo central da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros foi transformar a 'ocupação com os arquivos' em uma profissão regulamentada e, portanto, criando um dispositivo evidente de ação coletiva para o encaminhamento do projeto de conformação do campo arquivístico no país. Desse movimento nascem as disposições legais que regem o trabalho arquivístico no Brasil, inserido na excepcionalidade da situação de repressão política no país, mas sem que tais contextos e relações sejam explicitados em seus enunciados.

Na medida em que arquivistas concebem como necessária a defesa da atividade arquivística, vista como assistência técnica que um profissional competente concede à administração pública e às empresas, surge assim um esquema discursivo que consiste em afirmar a importância decisiva dos arquivos e reconhecer o estado insatisfatório da situação deles nos idos da década de 1970, proclamando que tal situação não deveria ser mantida. Para que surgisse um discurso sobre a defesa da atividade arquivística no Brasil, foi necessário um projeto unificador sobre as finalidades culturais e de racionalidade administrativa para os arquivos.

A noção comum de que uma graduação está voltada para a preparação profissional com vistas ao mercado de trabalho em determinada área foi acrescida de outros significados para o associativismo arquivístico brasileiro na década de 1970: "levar" a arquivologia para a universidade era parte do modelo de institucionalização acadêmica do conteúdo da formação destes profissionais.

Hoje no Brasil há um dispositivo legal que restringe o direito do exercício profissional de arquivista aos egressos dos cursos de graduação em arquivologia. Essa proposta da década de 1970 convive com um número significativo de profissionais, que, a despeito do entendimento oficial, adquiriram a formação na área por outros canais que não o curso de graduação e exercem atividades arquivísticas, pesquisa e docência em diferentes instituições.

As possibilidades de institucionalização e organização da formação e da ocupação com os arquivos eram diversas e, em alguma medida, estiveram no horizonte de iniciativas do Dasp e do Arquivo Nacional antes da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Mas, nesse momento, houve a formulação do modelo articulado de institucionalização acadêmico-universitária da arquivologia e a reserva de mercado do arquivista. É importante salientar que houve convergências entre as metas brasileiras e as internacionais como estratégia de sucesso.

Esse projeto corporativo conviveu com concorrentes que acabaram sendo vencidos. As formações discursivas identificadas foram: a perspectiva bélica que o corporativismo assumiu na sua organização associativa; a compreensão integrada da formação e do exercício

profissional dos arquivistas, bibliotecários e museólogos, proposta pelo Dasp; e o entendimento absoluto das atividades arquivísticas como uma etapa preliminar do trabalho historiográfico, em que a função do arquivista se resume à organização dos documentos de modo que auxilie o historiador, defendida pela Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística.

A busca pelo reconhecimento desse modelo corporativo está presente no discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros, materializado nos editoriais de seu periódico, a revista *Arquivo & Administração*, entre 1972 e 1978. Ao tomarmos tal materialidade discursiva, com o objetivo de compreender a relação entre o associativismo arquivístico e a institucionalização desta área, fica evidente também que se trata de uma produção discursiva na qual se opera a construção de memória sobre este processo.

O objetivo geral desta pesquisa foi problematizar a construção dos discursos de memória sobre tal processo, mostrando como a regulamentação da profissão e sua configuração acadêmico-universitária se relacionam com as formas de agrupamento destes profissionais no Brasil. Para tanto, foram realizadas as seguintes etapas: contextualização do associativismo profissional dos arquivistas nas condições históricas do país, na década de 1970; identificação de estudos anteriores sobre a constituição desta área de trabalho; articulação da linguagem como instância de construção de memória sobre a institucionalização do campo arquivístico; e análise dos discursos de memória do associativismo arquivístico sobre o processo de institucionalização, entre 1972 e 1978.

Como devemos interpretar os fatores que contribuíram para o êxito do associativismo arquivístico? Depois de uma década de incessantes esforços para eliminar do campo profissional o livre exercício da ocupação, para elevar o nível da formação, uma rede de pessoas interessadas nos arquivos, em condições históricas de restrição política, construiu articulações frente ao Estado, diante de pontos de vista contrários, tornando-se um movimento associativo realizador em suas demandas. A institucionalização do campo arquivístico no Brasil foi uma realização – e também o esgotamento da agenda – do associativismo instituído pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971, configurando o processo histórico que caracteriza os vigentes sentidos em disputa para arquivo (objeto), arquivologia (saber) e arquivista (especialista).

Este texto resulta da parceria de pesquisa no âmbito do grupo de pesquisa “MIDisC Memória, Informação, Discurso e Ciência” e, também, da tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, intitulada *Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)*.

Referências bibliográficas

- ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 27-42.
- CRESPO, Cláudio Dutra. *O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas*. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação), IACS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.
- DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 43-54.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação: (re)definição de marcos interdisciplinares*. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), IBICT, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010. v. 1.
- GOMES, Yuri Queiroz. *Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história*. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 11-26.
- GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. *Informação, inovação e democratização: a transferência de conhecimento e o movimento associativo*. 1992. Tese (Doutorado em Comunicação), Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História* [on-line], v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia), IUPERJ, Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: Eduff, 1995.
- MAIA, Augusto Moreno. *A construção do curso de arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária*. 2006. Dissertação (Mestrado em Pedagogia), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- _____. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

- MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 89-104.
- MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. Brasília: Brasiliense, 1985.
- RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, 1999.
- SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *Brasil Republicano – v. 4 – No tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. 2008. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SILVA, Maria Leonilda Reis da. *História e memória do Arquivo Central da FGV*. 2010. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.
- SOUZA, Katia Isabelli Melo de. *Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília: Starprint, 2011.

Recebido em 11/11/2013
Aprovado em 30/12/2013